



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DITEC/PF

**PROJETO BÁSICO**  
**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra

Atualização: Outubro/2019

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de serviços de fornecimento de ensaios de proficiência de explosivos/resíduos de pós-explosão e medicamentos, para suprir as necessidades do Serviço de Perícias de Laboratório do Instituto Nacional de Criminalística (SEPLAB/DPER/INC/DITEC), no complexo da Polícia Federal situado no Setor Policial Sul, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

| Item | Código             | Descrição  | Código CATSER | Unidade de Medida | Qtde | Valor de Referência (R\$) |
|------|--------------------|--|---------------|-------------------|------|---------------------------|
| 01   | LGCPT-PHAM06A      | Ensaio de Proficiência Interlaboratorial: <ul style="list-style-type: none"><li>• Esquema Pharmassure;</li><li>• Amostra 06A;</li><li>• Formato de amostra dependerá tipo de teste:</li></ul> Amostra 6A - Cromatografia Gasosa (GC): Amostra e padrão de referência / Técnica: GC. <b>Marca:</b> LGC  | 19127         | Ensaio            | 1    | 5.011,00                  |
| 02   | LGCPT-PHAM06E      | Ensaio de Proficiência Interlaboratorial: <ul style="list-style-type: none"><li>• Esquema Pharmassure;</li><li>• Amostra 06E;</li><li>• Formato de amostra dependerá tipo de teste:</li></ul> Amostra 6E - FT-IR: Amostra e padrão de referência / Técnica: FT-IR; <b>Marca:</b> LGC   | 19127         | Ensaio            | 1    | 5.011,00                  |
| 03   | LGCPT-FAEAMID1/ID2 | Ensaio de Proficiência Interlaboratorial: - Esquema <i>Forensic Analysis for Explosives</i> (FAE) ; Amostra ID1:- Amostra fornecida: 1 vial contendo 1 ml de uma solução de acetonitrila;- Principal Analito: explosivo para fins de identificação; Amostra ID2:- Amostra fornecida: 1 vial contendo 1 ml de uma solução de acetonitrila;- Principal Analito: amostra de controle. <b>Marca:</b> LGC | 19127         | Ensaio            | 1    | 13.593,00                 |
|      |                    |  |               |                   |      | <b>23.615,00</b>          |

1.2. A presente contratação se enquadra na inexigibilidade de licitação, conforme art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

1.3. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum de fornecimento de ensaios de proficiência.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, e estão transcritos abaixo:

2.2. Justifica-se a necessidade da presente contratação, por tratarem-se de ensaios de proficiência para identificação de explosivos e produtos farmacêuticos. Ensaios (ou testes) de proficiência são amostras não identificadas preparadas e enviadas pela empresa contratada para que seja realizada a identificação

correta dos explosivos e fármacos presentes nas mesmas. O objetivo é testar se as metodologias analíticas utilizadas pelo SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF são adequadas para a identificação de explosivos e fármacos em amostras questionadas.

2.3. Exames de proficiência são uma garantia da qualidade, precisão e exatidão dos métodos de detecção em laboratórios forenses. Tais exames são exigidos por organismos internacionais para a acreditação de laboratórios e fazem parte do Manual da Qualidade – Procedimentos Administrativos Laboratórios Forenses do Instituto Nacional de Criminalística.

2.4. Ensaio de Proficiência (EP) são estudos interlaboratoriais utilizados como ferramentas de avaliação externa e demonstração da confiabilidade dos resultados analíticos laboratoriais. Servem também para identificar falhas e possibilitar a tomada de ações corretivas ou preventivas, sendo um dos itens necessários para a acreditação de ensaios pela Norma NBR ISO/IEC 17025:2017.

2.5. O SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF está acreditado na Norma NBR ISO/IEC 17025:2017 desde 2014, sendo fundamental manter essa acreditação, que é mantida também pelos mais importantes laboratórios de química forense da Europa, Estados Unidos, entre outros países.

2.6. A Direção da DITEC e do INC devem estar comprometidas com o desenvolvimento, implementação e melhoria contínua do SGQ e, portanto, os gestores deverão participar de, ou designar servidores para, revisão de gestão, auditorias internas, e distribuição e/ou análise de testes de proficiência e amostras de controle de qualidade.

2.7. Cada laboratório deve ter seu próprio controle da qualidade, com verificações interna e externa e participar de exames de proficiência ou exercícios interlaboratoriais.

2.8. Os Laboratórios Forenses devem possuir um plano de exames de proficiência para um horizonte de quatro anos. Anualmente, deve ser feito pelo menos um exame de proficiência, por laboratório, por classe de substâncias. Então, a fim de minimizar o custo do processo de contratação; a exigência na participação em ensaios consecutivos, para que o laboratório tenha seus dados analisados e validados pelo gestor do ensaio de proficiência; e com fulcro no princípio constitucional da economicidade e eficiência, optou-se pela contratação de testes de proficiência anuais, contrato que poderá ser prorrogado por 4 anos subsequentes.

2.9. Atualmente, os métodos de análises de explosivos e resíduos de pós-explosão e de produtos farmacêuticos estão no escopo da acreditação norma ABNT ISO/IEC 17025:2005.

2.10. Para isso, a participação em exames de proficiência é fundamental. O exame de proficiência selecionado para os resíduos de pós-explosão é o “Forensic Analysis for Explosives Proficiency Testing Scheme FAE”, oferecido pela LCG em parceria com a ENFSI (Rede Europeia de Institutos Científicos Forenses). Tal exame é recomendado pela FINEX (Rede Internacional de Investigação Forense de Explosivos) e é realizado pelos principais laboratórios do mundo, incluindo o BKA, FBI e o Forensic Science Institute Zurich, e é o único ensaio de proficiência de pós-explosão disponível no mundo.

2.11. E para produtos farmacêuticos, o exame de proficiência selecionados são as amostras 06A (Cromatografia Gasosa) e 06E (FT-IR), no Esquema Pharmassure, oferecido também pela LCG com exclusividade no país.

2.12. O objeto desta contratação é fornecido por uma única empresa no Brasil, que detém a exclusividade na prestação dos serviços. Dessa forma, em conformidade com o art.25 Inciso I da Lei 8.666 de 1.993, é inexigível a licitação por não haver viabilidade de competição, por se tratar de serviços que são fornecidos por representante comercial exclusivo, conforme a comprovação de exclusividade em anexo.

2.13. Diante de tal fato, se faz necessária a contratação do serviço fornecimento de ensaios de proficiência de explosivos e produtos farmacêuticos a serem detalhados, visando atender às necessidades da Diretoria Técnico - Científica da Polícia Federal - DITEC/PF.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de fornecimento de ensaios de proficiência de explosivos/resíduos de pós-explosão e medicamentos, para suprir as necessidades do Serviço de Perícias de Laboratório do Instituto Nacional de Criminalística (SEPLAB/DPER/INC/DITEC).

3.2. A fornecedora deve informar com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias a data em que os kits com as amostras serão entregues.

3.3. As fornecedoras enviarão ao contratante, por e-mail, formulário de inscrição a ser preenchido com as informações sobre o SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF, para formalizar a sua participação no Ensaio de Proficiência (EP), já que são ensaios com participação de laboratórios de todo o mundo. O formulário preenchido e assinado pelo contratante deve ser enviado a contratada, que será responsável pelo seu envio à provedora do EP.

3.4. A fornecedora deve realizar a entrega de 01 (um) kit para cada tipo de ensaio de proficiência, uma vez ao ano, no seguinte endereço de entrega dos produtos é: INSTITUTO NACIONAL DE CRIMINALÍSTICA/SEPLAB, endereço: SPO Quadra 7 Lote 23 - Setor Policial Sul - Brasília/DF - CEP: 70610-200, de segunda a sexta em horário comercial.

3.5. A contratada deve garantir a entrega dos kits dentro do prazo estipulado pela provedora do EP e em tempo hábil para permitir as análises das amostras e envio dos resultados.

3.6. A fornecedora deve disponibilizar as instruções de uso do material relativo ao EP e informações detalhadas para subsidiar a realização do EP, contendo a lista de substâncias, que possivelmente estejam presentes nas amostras.

3.7. A fornecedora deve disponibilizar endereço eletrônico e acesso ao Portal na internet, onde deve ser preenchido o formulário com os resultados das análises das amostras do EP, realizados pelos Peritos Criminais Federais do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF.

3.8. Cada participante será identificado por código individual que será conhecido somente pelo próprio participante, e pela fornecedora. O contratante receberá o seu código de identificação correspondente à sua participação no EP. Este código deverá ser utilizado como identificação do participante no preenchimento do formulário de registro de resultados. Os resultados poderão ser utilizados em trabalhos e publicações pelo Inmetro respeitando-se a confidencialidade.

3.9. Ao final deste EP, será fornecido relatório final com os resultados dos participantes e certificado de participação no EP. Este certificado conterá o código de identificação do participante.

#### **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante processo de inexigibilidade.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 5.1.2. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, com possibilidade de renovações anuais até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, conforme inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 5.1.3. Não há a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, pois não essa atividade não é uma atividade finalística das unidades de criminalística, e nem há no quadro de pessoal da Polícia Federal, cargos destinados à realização desse tipo de atividade.
- 5.1.4. Não existem outras soluções de mercado, por isso teve-se que ser realizada a contratação por inexigibilidade de licitação.
- 5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.3. Não existe a necessidade de deslocamentos e de hospedagem, já que os serviços serão prestados remotamente, com a entrega das amostras e resultados enviados e avaliados, via portal na internet.
- 5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.
- 5.4.1. Os requisitos necessários para o atendimento da necessidade são:
- 5.4.2. De acordo com os tipos de serviços a serem executados, e levando-se em consideração as práticas de mercado, será exigida comprovação da contratada com a única empresa no Brasil, que detém a exclusividade de distribuição dos ensaios de proficiência objeto da contratação. Dessa forma, em conformidade com o art. 25 Inciso I da Lei 8.666 de 1.993, de que é inexigível a licitação por não haver viabilidade de competição, por se tratar de serviços que são fornecidos por representante comercial exclusivo, conforme a comprovação de exclusividade a ser anexada ao processo.
- 5.4.3. Além disso, a empresa deve enviar à contratante, anualmente, as datas dos ensaios de proficiência e eventuais mudanças nessas datas, bem como enviar os formulários para a formalização da participação em cada ensaio de proficiência.
- 5.4.4. A contratada deve garantir o envio das amostras nas datas estabelecidas pelo provedor dos ensaios de proficiência.
- 5.4.5. Cada um dos serviços a serem contratados serão fornecidos anualmente para que os laboratórios mantenham suas atividades adequadamente, e por isso possuem natureza continuada.
- 5.4.6. A contratada deve atestar que a empresa fornecedora, representada por ela no país, possui acreditação de acordo com os critérios da ABNT NBR ISO/IEC 17043, para ser provedora de ensaios de proficiência de resíduos de pós explosão e produtos relacionados e de produtos farmacêuticos.
- 5.4.7. Em consulta ao site da *United Kingdom Accreditation Service (UKAS)*, organismo de acreditação do Reino Unido, comprovou-se que a empresa LGC Limited possui acreditação na norma ISO/IEC 17043 para ensaios de proficiência de resíduos de pós explosão e produtos relacionados e de produtos farmacêuticos.
- 5.4.8. Os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.
- 5.4.8.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências:
- 5.4.8.2. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente.
- 5.4.8.3. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.
- 5.4.8.4. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- 5.4.8.5. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
- 5.4.8.6. Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, etc. Sempre apresentando a comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta.
- 5.4.9. Os materiais empregados deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.
- 5.4.10. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.

#### **6. VISTORIA PARA A CONTRATAÇÃO**

- 6.1. Não se aplica aos serviços objeto da presente contratação.

#### **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.1.1. sob a responsabilidade da contratada, através de fornecimento das amostras de cada um dos

itens, anualmente;

7.1.2. a contratada terá que acompanhar o calendário (datas) da provedora para a realização dos 3 (três) ensaios de proficiência (EP), informando as datas ao contratante anualmente, por e-mail e sempre que houverem alterações nas datas;

7.1.3. AVISO FORMAL é definida como o envio de mensagem eletrônica da contratada para a conta: seplab.inc@dpf.gov.br. Nessa mensagem constará o aviso de realização do EP, com formulário de participação em anexo.

7.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do Contrato, na forma que segue:

7.2.1. o prazo máximo para fornecimento das amostras deve levar em considerção as datas estipuladas pela provedora do EP.

7.2.2. as amostras enviadas devem estar devidamente acondicionadas em embalagens adequadas, que devem garantir a integridade dos frascos das amostras, bem como manter a sua refrigeração em caso de necessidade e/ou orientação da provedora do EP.

7.2.3. a entrega das amostras deve deverão ocorrer no seguinte endereço: Instituto Nacional de Criminalística, no SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, tel. (61) 2024 9369, no horário de 09:00 as 11:30 e 14:00 as 17:00 horas.

7.3. a contratada deve manter endereço eletrônico e acesso ao Portal na internet, que permita o preenchimento de formulário eletrônico, com os resultados das análises das amostras do EP, realizados pelos Peritos Criminais Federais do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF.

7.4. Cada participante será identificado por código individual que será conhecido somente pelo próprio participante, e pela fornecedora. O contratante receberá o seu código de identificação correspondente à sua participação no EP. Este código deverá ser utilizado como identificação do participante no preenchimento do formulário de registro de resultados. Os resultados poderão ser utilizados em trabalhos e publicações pelo Inmetro respeitando-se a confidencialidade.

7.5. Ao final deste EP, será fornecido relatório final com os resultados dos participantes e certificado de participação no EP. Este certificado conterá o código de identificação do participante.

7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante atesto da nota fiscal.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

8.1. Para o contrato firmado deverão ser nomeados dois Fiscais de contrato.

8.2. As comunicações entre os fiscais dos contratos e a Contratada serão realizadas preferencialmente via e-mail.

8.3. A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato, conforme previsão de cronograma e condições estabelecidas na seção 7.

8.3.1. A verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados seguirá as seguintes etapas:

8.3.1.1. recebimento de e-mail da contratada com as datas e com formulário para a participação no ensaio de proficiência;

8.3.1.2. recebimento de e-mail de código de rastreamento da embalagem com as amostras para a contratada;

8.3.1.3. recebimento da embalagem íntegra e em conformidade com as recomendações da provedora do EP, bem como todos os documentos e orientações para as análises;

8.3.1.4. disponibilidade de site na internet para o envio de formulário com os resultados das análises da contratada;

8.3.1.5. recebimento dos resultados obtidos no EP;

8.3.1.6. recebimento de certificado de participação no EP.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá prover todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. kits com as amostras dos ensaios de proficiência de explosivos/resíduos de pós-explosão e medicamentos, incluindo toda a documentação pertinente ao ensaio de proficiência.

## **10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. A participação dos laboratórios em atividades de ensaio de proficiência é um dos mecanismos obrigatórios de controle da qualidade dos resultados previstos na NBR ISO/IEC 17025. Os benefícios advindos desta participação em ensaios de proficiência incluem:

10.1.1.1. O laboratório participante dispõe de uma avaliação externa regular e independente da qualidade de seus resultados de ensaios;

10.1.1.2. O laboratório pode comparar o seu desempenho com o de outros laboratórios semelhantes;

10.1.1.3. Os dados obtidos servem de subsídio para a implementação de ações preventivas para melhoria dos procedimentos do laboratório;

10.1.1.4. Alguns estudos podem fornecer informação sobre as características de desempenho de métodos analíticos;

10.1.1.5. O laboratório pode obter do organizador do programa uma fonte de assessoria técnica e

orientação sobre problemas analíticos e nos procedimentos de medição.

10.1.2. Dessa forma, foi realizada pesquisa de mercado na internet, em busca de fornecedores que possuam acreditação de acordo com os critérios da ABNT NBR ISO/IEC 17043, para ser provedora de ensaios de proficiência de resíduos de pós explosão e produtos relacionados e de produtos farmacêuticos e somente a empresa LGC, representada no país pela empresa Carvalhaes, fornece ensaios de proficiência de explosivos e de medicamentos.

10.1.3. Também foi realizada pesquisa no site do Inmetro ([http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/acre\\_prod\\_ep.asp](http://www.inmetro.gov.br/credenciamento/acre_prod_ep.asp)), que lista os laboratórios nacionais provedores de Ensaios de Proficiência Acreditados no país, porém nenhum deles fornece ensaios de proficiência de explosivos e de medicamentos.

10.1.4. Foi estimado, então, a realização de um ensaio de proficiência para cada um das seguintes metodologias validadas e no escopo da acreditação na NBR ISO/IEC 17025: explosivos/resíduos de pós-explosão; medicamentos analisados pela técnica de cromatografia gasosa (GC) e medicamentos analisados pela técnica de infravermelho (IR).

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Todas as comunicações via e-mail entre as partes deverá ter a respectiva confirmação de recebimento com identificação do recebedor.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato imediatamente ou no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais enviados para a execução dos serviços.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da contratação.

### **14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.
- 15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas,

adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento definitivo será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento definitivo, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento definitivo.

16.3.1.3. O recebimento definitivo também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.1.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.3.1.5. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela mão continuidade da contratação, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será finalizada a contratação em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|          |                   |  |
|----------|-------------------|--|
| I = (TX) | $I = (6/100)/365$ | I = 0,00016438<br>TX = Percentual da taxa anual = 6% |
|----------|-------------------|--|

## 18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 01 (um) ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que o objeto é de baixo valor agregado.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,2% (dois décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Projeto Básico.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 4 e 5:

**Tabela 4**

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA                      |
|------|--------------------------------------|
| 1    | 0,2% ao dia sobre o valor do serviço |
| 2    | 0,4% ao dia sobre o valor do serviço |
| 3    | 0,8% ao dia sobre o valor do serviço |
| 4    | 1,6% ao dia sobre o valor do serviço |
| 5    | 3,2% ao dia sobre o valor do serviço |

**Tabela 5**

| INFRAÇÃO                           |  |      |
|------------------------------------|--|------|
| ITEM                               | DESCRIÇÃO  | GRAU |
| 1                                  | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;  | 05   |
| 2                                  | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço;  | 02   |
| Para os itens a seguir, deixar de: |  |      |
| 3                                  | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;   | 02   |
| 4                                  | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03   |

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. a comprovação da capacidade técnica de execução específica, por meio da apresentação de comprovante de acreditação na Norma ISO/IEC 17043 da provedora de ensaios dos proficiência de resíduos de pós explosão e produtos relacionados e de produtos farmacêuticos.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão por Valor Máximo Aceitável, conforme abaixo:

21.4.1. **R\$ 23.615,00** (vinte e três mil, seiscentos e quinze reais).

#### 22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 23.615,00** (vinte e três mil, seiscentos e quinze reais).

22.2. Tal valor foi obtido junto a empresa que é a fornecedora exclusiva no país. A empresa comprovou que está aplicando preços de mercado ao apresentar notas fiscais de fornecimento dos mesmos serviços anteriormente e declaração de composição de preços daquele serviço, que ainda não foi fornecido em território nacional.

#### 23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Unidade Gestora: DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/PF (11.07)

Unidade Orçamentária: DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/PF (11.07)

Fonte: TESOURO - RECURSOS ORDINARIOS (0100000000)

Plano Interno: OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS - 2019 (PF99900AG19)

Programa Trabalho: 06.122.2112.2000.0001

Brasília, 28 de abril de 2020.

**ÉLVIO DIAS BOTELHO**  
PERITO CRIMINAL FEDERAL  
Chefe do SEPLAB/DPER/INC/DITEC

#### DESPACHO

1. Concordo com as justificativas e declarações exaradas neste Projeto Básico, devidamente motivado e em conformidade com art. 7º, § 2º, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. Aprovo este Projeto Básico tendo em vista o mesmo atender ao disposto na legislação, para contratação por inexigibilidade, com fulcro no art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**FÁBIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR**

Diretor Técnico Científico  
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **ÉLVIO DIAS BOTELHO**, **Chefe de Serviço**, em 28/04/2020, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO DA SILVA SALVADOR**, **Diretor(a)**,



em 29/04/2020, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14584439** e o código CRC **7540FA05**.

Referência: Processo nº 08201.001244/2019-73

SEI nº 14584439